



**ALEPI**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL TIAGO VASCONCELOS

## **PROJETO DE LEI Nº 68/2025.**

**Do Senhor Tiago Vasconcelos**

Reconhece de Utilidade Pública o Instituto mais Esporte, Educação e Cidadania, designado como Instituto IEC, localizado no município Teresina- PI.

### **O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ,**

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

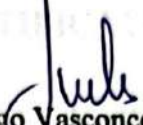
Artigo 1º- Fica reconhecida de Utilidade Pública o Instituto mais Esporte, Educação e Cidadania, designado como Instituto IEC, inscrito no CNPJ 50.713.840/001-70, com sede e foro na Rua Joaquim Dias de Santana, 3558, Bairro Três Andares- CEP: 64016-590, na cidade de Teresina, no estado do Piauí.

Artigo 2º- O Instituto IEC é uma associação de natureza social e filantrópica, sem finalidades lucrativas e vinculação política partidária, com finalidade de atuar na área da assistência social, visando o desenvolvimento da criança, adolescente, jovens e cidadãos, e das famílias carentes de recursos financeiros e cultura. Através de implementações de projetos, capacitações, cursos e ações voltadas, para defesa dos direitos humanos, constituída por tempo indeterminado, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor e crença religiosa.

Artigo 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



**GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL TIAGO VASCONCELOS**

  
**Tiago Vasconcelos**  
Deputado Estadual  
MDB

Denotada em 12/11/2012, O INSTITUTO MAIS ESPORTE, ESPORTE E CIDADANIA, é um projeto de inclusão social em todas as áreas, a saber: oportunidades, oportunidades que ocorrem na saúde, educação e projetos que envolvem as pessoas e famílias, buscando melhorar as condições sociais e criando oportunidades para o desenvolvimento de um projeto de inclusão social, com desenvolvimento na qualidade de vida para todos. Foi criado o programa de Cidadania e Inclusão Social e INSTITUTO IFC, que atua e apoia pessoas comprometidas com a causa, buscando sempre a transformação e o desenvolvimento sustentável dos seus empreendimentos.

No artigo 1º do Estatuto do Instituto consta que o mesmo é destinado a promover, desenvolver, como econômico e social e gerenciar e por isso, por meio das práticas desportivas, de lazer, culturais, educacionais, capacitação, defesa e proteção do meio ambiente, como também de programas de assistência social, e qualidade de vida, a implementação do INSTITUTO MAIS ESPORTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA - IFC, de maneira que os seus objetivos, condições de gestão e os demais da legislação vigente e regido, com fundamento no Capítulo I, artigos 1º, inciso VI, VII, VIII e Artigo 19, inciso III, CF, artigo 44 inciso IV, e I e artigo 53 - Capitulo II - Das Associações do Novo Código Civil Brasileiro e pelas ações estruturais no âmbito da legislação.

Assinado em 12/11/2012, em Teresina do Piauí, em 12 de Novembro de 2012.

**GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL TIAGO VASCONCELOS**  
**JUSTIFICATIVA**

A proposição para o reconhecimento de utilidade pública do Instituto IEC reflete o compromisso do Estado do Piauí com o fortalecimento de associações que desempenham papel fundamental em fomentar a inclusão social, estimular a prática de atividades físicas e esportivas, oferecer acesso à cultura, lazer e formação cidadã, com o objetivo de formar indivíduos mais conscientes, críticos e participativos em suas comunidades. Localizada no município de Teresina, o Instituto IEC trabalha para oferecer cidadania, entretenimento, diversão, arte e bem estar ao seu público.

Fundada em (21/ 12/ 2022), O INSTITUTO MAIS ESPORTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA, é um projeto de Inclusão Social em todo estado, é uma organização suprapartidária que acredita na qualificação, educação e preparação esportiva de jovens e adultos, quebrando barreira nas diferenças sociais e criando ferramentas fundamentais para a construção de um país mais justo e sustentável, com desenvolvimento na qualidade de vida para todos. Por meio do programa de Cidadania e Inclusão Social o INSTITUTO IEC reúne capacita e apoia pessoas comprometidas com a causa, trazendo sempre a transparência e o desenvolvimento sustentável dos seus colaboradores.

No artigo 1º do Estatuto do Instituto retrata que o mesmo é, destinado. a promover. desenvolvimento econômico e social e o combate a pobreza , por meio das práticas desportivas, de lazer, culturais, educacionais, capacitação, defesa e proteção do meio ambiente, como meios de promoções da assistência social, e qualidade de vida, a denominação de INSTITUTO MAIS ESPORTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA- IEC, de natureza civil sem fins lucrativos, constituída de acordo com os termos da legislação vigente e regido com fundamento no Capítulo 1, artigo 5º, incisos VI, VII, VIII e Artigo 19, Inciso I da CFB, artigo 44 inciso IV, § 1 .º e artigo 53º " Capítulo II- Das Associações" do Novo Código Civil Brasileiro e pelos artigos constantes no estatuto do Instituto.


Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, em 08 de abril de 2025 .



**ALEPI**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL TIAGO VASCONCELOS

  
Tiago Vasconcelos  
Deputado Estadual  
MDB





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO 50.713.840/0001-70 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 16/03/2023
NOME EMPRESARIAL INSTITUTO MAIS ESPORTE, EDUCACAO E CIDADANIA -IEC		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) INSTITUTO IEC		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R JOAQUIM DIAS DE SANTANA	NUMERO 3558	COMPLEMENTO *****
CEP 64.016-590	BAIRRO/DISTRITO TRES ANDARES	MUNICÍPIO TERESINA
UF PI		
ENDEREÇO ELETRÔNICO INSTITUTOIEC@GMAIL.COM	TELEFONE (86) 9932-1763	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 16/03/2023	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 27/03/2025 às 15:30:49 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

# ESTATUTO SOCIAL

## Cidadania e Inclusão Social



Fundada em (21/12/2022), O **INSTITUTO MAIS ESPORTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA**, é um projeto de Inclusão Social em todo estado, é uma organização suprapartidária que acredita na qualificação, educação e preparação esportiva de jovens e adultos, quebrando barreira nas diferenças sociais e criando ferramentas fundamentais para a construção de um país mais justo e sustentável, com desenvolvimento na qualidade de vida para todos. Por meio do programa de Cidadania e Inclusão Social o **INSTITUTO IEC** reúne capacita e apoia pessoas comprometidas com a causa, trazendo sempre a transparência e o desenvolvimento sustentável dos seus colaboradores.



**INSTITUTO MAIS ESPORTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA- IEC** – fundada em 21 de dezembro de 2022, localizada na Rua Joaquim Dias de Santana nº 3558, Cep: 64.016-590, Bairro: Três Andares zona sul da Cidade de Teresina Capital do estado do Piauí, contato Whatzapp (86) 9 9932-1763; E-mail: [institutoiec@gmail.com](mailto:institutoiec@gmail.com).



**ESTATUTO SOCIAL**  
**CAPÍTULO I**

**DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, DURAÇÃO E FINALIDADE**

**Art. 1º** - Dá-se a esse instituto destinado a promover desenvolvimento econômico e social e o combate à pobreza, por meio das práticas desportivas, de lazer, culturais, educacionais, capacitação, defesa e proteção do meio ambiente, como meios de promoções da assistência social, e qualidade de vida a denominação de **INSTITUTO MAIS ESPORTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA - IEC**, de natureza civil sem fins lucrativos, constituída de acordo com os termos da legislação vigente e regido com fundamento no Capítulo I, artigo 5.º, incisos VI, VII, VIII e Artigo 19, Inciso I da CFB, artigo 44 inciso IV, § 1.º e artigo 53º "Capítulo II- Das Associações" do Novo Código Civil Brasileiro e pelos artigos constantes no presente estatuto.

**Art. 2º** - A associação tem sua sede e foro na cidade de Teresina, Estado do Piauí, na Rua Joaquim Dias de Santana nº 3558, Bairro Três Andares CEP 64.016-590, e poderá constituir escritórios de representação em outras unidades da federação, com atuação em qualquer parte do território nacional e exterior. Ao estender sua atividade a outras cidades, nelas poderá abrir escritório local, regional ou internacional.

§ Único – Fica estabelecido o endereço da Rua Joaquim Dias de Santana nº3558, Bairro Três Andares CEP 64.016-590, em Teresina-PI, como sede Provisória.

**Art. 3º** - O prazo de duração do instituto é por tempo indeterminado começando a sua existência legal com a inscrição do Estatuto Social e demais atos constitutivos no Registro Público competente.

**Art. 4º** - Para cumprimento de suas finalidades de relevância pública e social, o **INSTITUTO IEC** observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e poderá desenvolver as seguintes atividades:

- I. Desenvolver projetos, programas e ações correlatas – próprios ou em parcerias com instituições públicas ou privadas, nacionais e internacionais ou estrangeiras – de iniciação e ensino de práticas desportivas;
- II. Defender, preservar e conservar o meio ambiente e promover o desenvolvimento sustentável;
- III. Promover o acesso à saúde, educação, esporte e cultura às camadas sociais carentes, observando-se a forma suplementar de que trata a lei;
- IV. Prestar apoio necessário ao desenvolvimento institucional de entidades que se dedicam à saúde, educação, esporte e cultura e ao desenvolvimento sustentável do meio ambiente;
- V. Incentivar e promover o desenvolvimento técnico e científico, através de pesquisas, projetos, programas, atividades, estudos, publicações e ensaios, nas áreas de meio ambiente, saúde, educação, esporte e cultura;
- VI. Articular, consolidar junto aos órgãos nacionais, estaduais, municipais e estrangeiros ou internacionais, de forma direta ou indireta, executando ações decorrentes dos termos de parcerias, acordos, contratos, convênios, subvenções e demais;
- VII. Levantar dados e informações, inclusive de natureza censitária, bem como pesquisas de opinião para formação de banco de dados destinado a adoção de políticas públicas na área de saúde, educação, esporte, cultura e meio ambiente;
- VIII. Apoiar e promover eventos, tais como: Competições esportivas, shows culturais, programas educacionais, congressos, encontros, debates, foros, feiras, festivais, capacitação profissional, oficinas, seminários, "workshops" e assemelhados, bem como ter atuação a título de operadora nas atividades relacionadas nos itens acima objetivando a capacitação e o aperfeiçoamento de recursos humanos voltados à inclusão social através da cultura, da capacitação profissional, da defesa do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, de práticas desportivas para crianças, adolescentes e jovens em situações de vulnerabilidades;
- IX. Buscar meios através de projetos direcionados à melhoria habitacional, construção de moradias e equipamentos comunitários dentre outros projetos sociais e esportivos que proporcionem a inclusão social, oferecendo educação continuada ou permanente e aprendizagem profissional, com os devidos acompanhamentos dos técnicos em conformidade da lei vigente;



- X. Criar ou administrar através de parcerias Centros de Capacitações e Treinamentos voltados à democratização do acesso à inclusão social, através da educação, das práticas esportivas, da preservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, da assistência social, voltadas às famílias de baixa renda;
- XI. Realizar estudos e pesquisas - próprio e em parceria com instituições públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras - sobre recursos materiais necessários ao ensino continuado e de práticas desportivas para crianças e adolescentes, visando compatibilizá-los à capacidade e ao conhecimento destes, segundo o seu estágio de aprendizagem e desenvolvimento;
- XII. Outras atividades esportivas não especificados anteriormente (Organização de torneio, campeonato de amadores);
- XIII. Promover e estimular o desenvolvimento da cultura brasileira estimulando a produção de bens e serviços culturais nas cidades e comunidades carentes do Piauí, festivais de música, shows e outros;
- XIV. Procurará junto aos poderes adquirir meios de melhoria para a comunidade, podendo receber auxílio, subvenções e outras contribuições de pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privados, além de poder promover campanhas que lhe permitam fazer arrecadações para serem usadas em benefícios da coletividade;
- XV. Participar de locação de obra para prestação de serviços de suporte operacional e de apoio técnico administrativo, com funcionamento de mãos de obra especializada com órgão público e privado. Participar dos chamamentos Público Federal, Estadual e Municipal de acordo com a Lei 13 019/14;
- XVI. Para cumprir seus objetivos o INSTITUTO IEC, atuará por meio da execução direta ou indireta de projetos, programas ou planos de ações, de doação ou remuneração de recursos físicos, humanos e financeiros, termo de colaboração ou termo de fomento, termo de cooperação; mediante parcerias, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações, com ou sem fins lucrativos.

**Art. 5º** - A associação será apartidária e não participará de monopólio internacional ou local, nem se engajará em qualquer outro ato que possa entrar em contravenção com a legislação vigente ou com ética, entidade autônoma e democrática, sem preconceitos de raça, cor, política partidária, opção sexual, filosófico ou religioso, regulamentar-se-á pelo presente estatutos, regimento interno e pelas normas de direito que lhe forem aplicáveis.

## **CAPITULO II**

### **DOS ASSOCIADOS, SEUS DIREITOS, DEVERES E PENALIDADES**

**Art. 6º** - São associados efetivos do INSTITUTO IEC os signatários do ato constitutivo da Associação, que são seus fundadores.

**Art. 7º** - O INSTITUTO IEC reconhece as seguintes categorias de sócios:

- I. Associado Efetivo;
- II. Associado Colaborador;
- III. Associado Benemérito.

**Art. 8º** - Associados efetivos são todos os membros que participaram da assembleia de constituição do Instituto e estejam ligados aos trabalhos regulares da associação.

**Art. 9º** - Por deliberação da Diretoria Executiva poderão ser admitidos novos associados colaboradores, pessoas físicas ou jurídicas.

**Art. 10º** - São associados colaboradores aqueles que de alguma forma venham a contribuir para o desenvolvimento do INSTITUTO IEC.

**Art. 11º** - São associados beneméritos às entidades ou cidadãos que houverem prestados relevantes serviços ao INSTITUTO IEC, ou lhe tenham feito doação de valor apreciado.



**Art. 12º – São direitos de todos os associados:**

- I. Utilizar-se dos serviços se houver, colocados à sua disposição;
- II. Participar de trabalhos, estudos, congressos e assemelhados que a associação promover;
- III. Solicitar sua exclusão do quadro Social independentemente do consentimento dos demais, sem ressarcimento de eventuais valores pagos ou doações efetuadas em favor do instituto;
- IV. Propor admissão de associados e aplicação de penalidades;
- V. Representar e oferecer sugestões à diretoria e ao conselho fiscal no interesse do instituto para consecução de seus objetivos sociais;
- VI. Assistir e tomar parte no que lhe couber nos atos da Assembleia Geral.

**Art. 13º – São direitos privativos dos associados efetivos, além daqueles prescritos no artigo supra:**

- I. Subscrição de solicitação de convocação de Assembleia Geral, e a ela comparecer, usar da palavra e participar de suas deliberações;
- II. Votar e ser votado para qualquer cargo efetivo da Associação;
- III. Ser empossado no cargo para cujo desempenho tenha sido eleito e exercê-lo;
- IV. Integrar quaisquer comissões ou grupos de trabalho, bem como exercer quaisquer outros encargos atribuições ou mandatos que lhe venham a ser outorgados;

**Art. 14º – São deveres de todos os associados:**

- I. Conhecer, cumprir e fazer cumprir o estatuto, as deliberações das Assembleias Gerais e dos Órgãos Diretivos do instituto;
- II. Prestigiar sempre o INSTITUTO IEC, e trabalhar com afinco para a realização dos objetivos sociais;
- III. Respeitar as disposições do estatuto, regimento interno e legislação vigente.

**Art. 15º – Estão sujeitos a punições arbitradas pela Diretoria Executiva, os associados que infringirem um ou mais artigos deste estatuto ou que incorrerem em crime de responsabilidade.**

§ 1º - Esta punição vai de simples advertência a exclusão do quadro dos mesmos dependendo da falta.

§ 2º - A exclusão de associado será possível havendo justa causa ou se for reconhecida a existência de motivos graves em deliberação fundamentada pela maioria absoluta dos presentes à assembleia geral especialmente convocada para esse fim.

§ 3º - A destituição de associado em geral, poderá ser proposta por qualquer associado, desde que apresente lista de assinatura de apoio que corresponda a 70% mais um, do quadro de associados da entidade.

**Art. 16º – Todo aquele que lesar o patrimônio da entidade ficará de alguma forma obrigado a indenizá-la no justo valor do bem danificado.**

**Art. 17º – Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações que o INSTITUTO IEC, vier a contrair perante terceiros, ainda que vinculados aos seus fins estatutários.**

### CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO

**Art. 18º – A administração do INSTITUTO IEC, competem aos seguintes órgãos:**

- I. Assembleia Geral;
- II. Diretoria Executiva;
- III. Conselho Fiscal.

### SEÇÃO I DA ASSEMBLEIA GERAL

**Art. 19º – A assembleia Geral é órgão de deliberação do INSTITUTO IEC, podendo ser ordinária, extraordinária, dela participando, com direito a voz e a voto, em igualdade de condições, todos os associados efetivos.**



**Art. 20º** – A assembleia Geral será convocada pelo presidente com o mínimo de oito dias de antecedência através de edital, ou carta circular a ser afixada na sede do Instituto.

§ Único – Na convocação da Assembleia Geral deverá constar, data, hora, local e assuntos a serem deliberados.

**Art. 21º** – A assembleia Geral será presidida pelo presidente, ou na sua ausência por qualquer dos diretores.

**Art. 22º** – A Assembleia Geral Ordinária será realizada:

I. No primeiro quadrimestre de cada ano para:

- a) Determinar as diretrizes gerais da Associação;
- b) Julgar e aprovar as contas da Diretoria;
- c) Avaliar o cumprimento dos objetivos do instituto;
- d) Apreçar o programa de trabalho da Diretoria; e
- e) Adotar e estabelecer para todos os órgãos do INSTITUTO IEC, pratica de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção de forma individual ou coletiva de benefícios ou vantagens pessoais em decorrência da participação no respectivo processo decisório.

II. A cada 04 (quatro) anos para:

- a) Eleger os membros da Diretoria Executiva; e
- b) Eleger os membros do Conselho Fiscal.

**Art. 23º** – A Assembleia Geral Extraordinária será convocada sempre que necessário pelo presidente ou de pelo menos um quinto dos associados efetivos, com finalidade de apreciar assunto específico de sua pauta.

**Art. 24º** – A Assembleia Geral será instalada com a presença da maioria dos associados efetivos em 1º e 2º convocação com qualquer quórum.

**Art. 25º** – A Assembleia Geral tomará deliberações pela maioria dos associados efetivos presentes, a exceção das deliberações de alteração de estatuto e de destituição dos administradores, que segundo a disposição do artigo 59º do NCC serão tomadas pelo voto de dois terços dos presentes à assembleia especialmente convocada para esse fim, devendo deliberar em primeira convocação como maioria absoluta dos associados e em segunda convocação com pelo menos um terço dos associados.

## SEÇÃO II DA DIRETORIA

**Art. 26º** – A Diretoria Executiva, será constituída por 01(um) Presidente, 01(um) Vice Presidente, 01 (um) Secretário, 01 (um) Tesoureiro e 01 (um) Vogal.

§ - 1º- Os 05 (cinco) membros da Diretoria Executiva e os cinco membros (3 titulares e 2 suplentes) do Conselho Fiscal, serão eleitos em Assembleia Geral Ordinária, com mandatos de 04(quatro) anos, permitidas reeleições.

§ - 2º- Somente estarão aptos a concorrer à cargos de diretoria do INSTITUTO IEC, os associados efetivos e assumirão na qualidade de administradores.

**Art. 27º** – Compete à Diretoria Executiva:

- I. Elaborar, anualmente, o programa de trabalho do INSTITUTO IEC e submetê-la;
- II. dirigir as atividades da Associação e praticar atos de gestão administrativa;
- III. Propor uma estrutura organizacional compatível com a missão e programas da instituição;
- IV. Criar comitês e/ou grupos de trabalho em temas relacionados às atribuições da Diretoria Executiva, designando seus objetivos, membros e prazo de duração;
- V. Elaborar o regimento interno da Associação e submete-lo para aprovação da assembleia geral e Extraordinária;
- VI. Estabelecer as diretrizes sobre as atividades do pessoal da Associação;
- VII. elaborar anualmente o orçamento para o ano seguinte.



**Art. 28º** – Os ocupantes de cargos nos órgãos de direção do INSTITUTO IEC não perceberão quaisquer remunerações ou vantagens pecuniárias, sem prejuízo, entretanto, de perceberem remuneração por atividades específicas, que venham a desempenhar em nome e por conta e ordem do INSTITUTO IEC, respeitados em ambos os casos os valores praticados pelo mercado, na região correspondente e da área de atuação

**Art. 29º** – Ao Presidente compete:

- I. Representar o INSTITUTO IEC, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- II. Representar o INSTITUTO IEC, nos eventos externos, e perante aos órgãos públicos, privados e terceiros;
- III. Assinar parcerias, convênios, contratos e outros instrumentos jurídicos;
- IV. Assinar em nome da entidade as correspondências em geral;
- V. Convocar, presidir as assembleias gerais;
- VI. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- VII. Assinar com o Tesoureiro, cheques, ordens de pagamento, títulos que representem obrigações financeiras da Instituição;
- VIII. Cumprir e fazer cumprir, na forma deste estatuto, do Regimento interno, as decisões das Assembleias Gerais e dos Órgãos diretivos do instituto;

**Art. 30º** - Compete ao Vice-Presidente:

- I. Substituir o presidente transitoriamente ou definitivamente em seus impedimentos/faltas;
- II. Auxiliar o presidente nas funções estatutárias deste;
- III. Representar a Diretoria quando designado pelo presidente;
- IV. Substituir o presidente em caso de vacância do cargo;

**Art. 31º** - Compete ao Secretário:

- I. Secretariar as reuniões da Diretoria Executiva e Assembleia Geral, redigindo as atas;
- II. Publicar todas as notícias das atividades da entidade.

**Art. 32º** – Compete ao Tesoureiro:

- I. Organizar e superintender os serviços da Tesouraria;
- II. Receber contribuições destinadas ao instituto e efetuar os pagamentos;
- III. Escriturar em livro próprio os bens do instituto;
- IV. Providenciar a elaboração anual de balancete e relatório, submetê-lo a apreciação e aprovação da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal;
- V. Assinar, com o presidente; cheques, ordens de pagamento, títulos que representem obrigações financeiras da Instituição;
- VI. Apresentar anualmente o relatório financeiro e, no encerramento do exercício, o Balanço Geral, submetendo-os à aprovação da Diretoria, à aprovação pelo Conselho Fiscal, na forma deste Estatuto, e, por fim à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária do instituto;
- VII. Elaborar e executar o Orçamento Anual do INSTITUTO IEC.

**Art. 33º** - Compete ao Vogal:

- I. Substituir qualquer membro da diretoria executiva transitoriamente ou definitivamente em seus impedimentos/faltas;
- II. Representar a Diretoria Executiva quando designado pelo presidente;

**Art. 34º** – A contratação de obrigações pelo INSTITUTO IEC dependerá sempre de ato assinado pelo Presidente.

**Art. 35º** – Aos integrantes da diretoria caberá exercer outras atividades que lhes forem atribuídas pelo regimento interno assim como se vier auxiliados por funcionários contratados.



### SEÇÃO III DO CONSELHO FISCAL

**Art. 36º** – O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e 2(dois) suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, dentre os associados efetivos, para mandatos de quatro anos, permitidas as reeleições

**Art. 37º** – Ao Conselho Fiscal compete:

- I. Opinar sobre relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre operações patrimoniais realizadas, emitindo os respectivos pareceres;
- II. Zelar pela observância e princípios fundamentais de contabilidade e das normas brasileira de contabilidade na prestação de contas e atos correlatos do INSTITUTO IEC

**Art. 38º** – Os membros do Conselho Fiscal poderão se reunir ao menos uma vez ao ano, e qualquer tempo desde que convocados pela Assembleia Geral.

### CAPITULO IV DA PUBLICIDADE DOS ATOS DA ENTIDADE

**Art. 39º** – O INSTITUTO IEC dará publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividade acerca das demonstrações financeiras da Entidade, incluindo-se as certidões negativas de débito junto ao INSS e ao FGTS, colocando-se a disposição para exame de qualquer cidadão.

**Art. 40º** – Para assegurar a transparência na aplicação dos recursos deverá:

- I. Permitir a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação de eventuais recursos objeto de parceria conforme previsto em regulamento;
- II. Prestar contas de todos os recursos e bens de origem publica recebida pelo INSTITUTO IEC., que será feito conforme determina o parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal.

### CAPITULO V DO PATRIMÔNIO

**Art. 41º** – O patrimônio do INSTITUTO IEC será constituído dos bens móveis e imóveis que possua ou venha a adquirir por compra, doações ou legados, contribuições, donativos, auxílios oficiais, doações ou subvenções de qualquer tipo ou natureza.

**Art. 42º** – Todas as rendas e recursos eventual resultado operacional serão aplicados integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais.

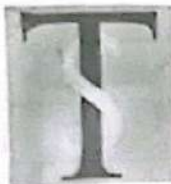
**Art. 43º** – A subvenções, doações, convênios, termo de fomento e outros recebidas serão integralmente aplicadas nas finalidades a que estejam vinculadas.

**Art. 44º** – As fontes de receita constitutivas do patrimônio são as seguintes:

- I. Contribuições dos associados;
- II. Contribuições de empresas privadas ou públicas patrocinadoras;
- III. Taxas e remunerações de seus serviços;
- IV. Convênios, fomentos, doações e legados feitos por entidades públicas ou pessoas de direito privado;
- V. Renda própria gerada a partir de seus bens móveis e imóveis;
- VI. Rendimentos provenientes de aplicações financeiras;
- VII. Os rendimentos advindos de quaisquer de seus bens, direitos e atividades realizadas para a consecução dos seus objetivos sociais.

**Art. 45º** – As receitas do INSTITUTO IEC serão investidas nas suas atividades sociais, seja com a cobertura dos custos operacionais da mesma ou das despesas de manutenção, salários e encargos sociais respectivos, remuneração diversa, aquisição de material de expediente, de consumo, de





**CARTÓRIO  
THEMÍSTOCLES  
SAMPAIO**  
P. OFÍCIO DE NOTAS, PROTESTOS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

ANATÁLIA G. DE SAMPAIO PEREIRA  
TABELIA TITULAR  
FERNANDA SAMPAIO  
TABELIA SUBSTITUTA



**ANATÁLIA GONÇALVES DE SAMPAIO PEREIRA, Tabeliã  
Pública do 3º Ofício de Notas e Protestos, e Oficial de Registro de Títulos,  
Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas, desta comarca de  
Teresina, Capital do Estado do Piauí, por nomeação legal ....**

### **CERTIDÃO**

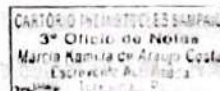
#### **CERTIFICO**

a requerimento por escrito de pessoa interessada, para os devidos fins de direito que revendo no Cartório do 3º Ofício de Notas, Títulos e Documentos e Pessoa Jurídica, nesta Capital, nos arquivos de registros de Pessoas Jurídicas, conforme a Lei Federal nº 6.015/73 e o Provimento Estadual da Corregedoria Geral da Justiça nº 017/2013, encontra-se registrado em Pessoa Jurídica sob forma de arquivo eletrônico de imagens, número de ordem 11560, datado de 16 de março de 2023 a Ata da Assembleia Geral de Constituição e Aprovação do Estatuto do INSTITUTO MAIS ESPORTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA – IEC. O referido é verdade e às imagens registradas em meu poder me reporto e dou fé. Eu, Jaqueline Moraes de Castro, Escrevente a digitei. Eu, Marcia Kamilla de Araujo Costa, Oficial de Registro Títulos e Documentos e Pessoa Jurídica, o subscrevo, dato e assino. Certidão negativa/positiva por pessoa física ou jurídica (individual): R\$ 20,77 - FERMOJUPI: R\$ 4,15 - FMMP/PI: R\$ 1,66 - Selo: R\$ 0,26 - TOTAL: R\$ 26,84 (PG: 2023.03.3325/2).

Teresina, 16 de março de 2023.

Marcia Kamilla de Araujo Costa

Marcia Kamilla de Araujo Costa  
Escrevente Autorizada  
3º Ofício



Poder Judiciário  
Estado do Piauí  
Selo Digital de Fiscalização  
CERTIDÃO DE REGISTRO  
NORMAL  
AEN68818-X50M  
Confira os dados do selo em  
[www.tjpi.jus.br/portalextra](http://www.tjpi.jus.br/portalextra)

CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS  
CONSULTE O SELO  
DIGITAL

RUA LIZANDRO NOGUEIRA, 1223 - CENTRO - TERESINA - PIAUÍ - CEP: 64000-200 • (86) 3221 6011  
CNS 07 966-5 • ATENDIMENTO@CARTORIOTSAMPAIO.COM.BR  
WWW.CARTORIOTSAMPAIO.COM.BR



móveis, utensílios, bens e valores, custeio de congressos e eventos similares, contribuições diversas, representação, tributos, seguros, assistência técnica, entre outras despesas necessárias para consecução de seus objetivos.

## CAPITULO VI DA EXTINÇÃO E DESTINAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Art. 46º – O INSTITUTO IEC, é constituído por prazo indeterminado podendo ser extinto por deliberação de dois terços dos sócios efetivos reunidos em Assembleia Geral Extraordinária convocada expressamente para essa finalidade. Em tal hipótese, o patrimônio será necessariamente destinado à entidade ou entidades sem fins lucrativos com propósitos semelhantes.

§ 1º - Na hipótese de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido à outra Pessoa Jurídica de igual natureza qualificada nos termos da LEI 9.790/99 e que preencha os requisitos da LEI 13.019/2014, preferencialmente com o mesmo objeto social da extinta.

§ 2º - Na hipótese de a Pessoa Jurídica perder a qualificação instituída na LEI 9.790/99, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido à outra Pessoa Jurídica qualificada nos termos da LEI 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.

## CAPITULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 47º – O Regimento Interno da entidade é sua lei orgânica.

Art. 48º – O ano social será iniciado em 1º de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro do mesmo ano.

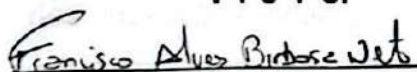
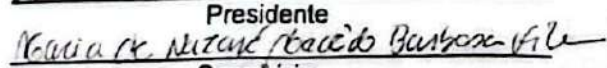
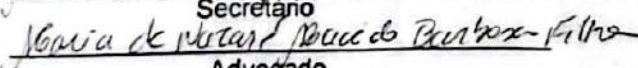
Art. 49º – É vedada a utilização de recursos financeiros do instituto em atividades de promoção político-partidária e de manifestações religiosas.

Art. 50º – Os casos omissivos ou duvidosos no presente estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva.

Art. 51º – O presente Estatuto, aprovado em AGO convocada especialmente para este fim, entra em vigor na data de seu registro em cartório.

Teresina-PI, 21 de dezembro de 2022

VISTO:

  
Presidente  
  
Secretário  
  
Advogado  
OAB/PI. nº 21.815.

Mana de Nazare M. B. Filha  
Advogada  
OAB/PI 21.815

TERESINA CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS  
Rua Lúcio Nogueira, 123 - Cx. 029 - CEP 64.016-590 - Teresina-PI. Fone: (86) 3214-0111. E-mail: anastasia@cartorio3pi.com.br  
Titular: Anastasia Gonçalves da Sampaio Pereira

RECONHECO POR SEMELHANÇA A FIRMA DE FRANCISCO ALVES BARBOSA NETO. DOU FE. EM TEST. DA VERDADE  
Teresina-PI, 13/03/2023. Selo: ADE28560-T2GP  
www.tpi.jus.br/portalextra.

NAYANA GOMES DA SILVA - Escrivente Autorizada  
Eml: 4.70 TJ: 0.94 FIDP/PI: 0.38 Selo: 0.26 Total: 6.28 de 09-232  
ESTATUTO SOCIAL

LA... O THEMISTOCLES SAMPAIO  
3º OFÍCIO DE NOTAS  
Nayana Gomes da Silva  
Escrivente Autorizada  
Teresina - PI

CONSULTE O SEL  
DIGITAL

3º  
Anastasia Sampaio  
Tabela  
Teresina - PI





# CARTÓRIO THEMÍSTOCLES SAMPAIO

3º OFÍCIO DE NOTAS, PROTESTOS, RTO-BCPI DE TERESINA, PI

ANATÁLIA G. DE SAMPAIO PEREIRA  
TABELIÁ TITULAR

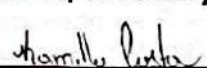
FERNANDA SAMPAIO  
TABELIÁ SUBSTITUTA

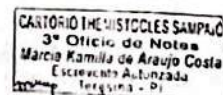


**ANATÁLIA GONÇALVES DE SAMPAIO PEREIRA**, Tabeliá Pública do Cartório do 3º Ofício de Notas e Protestos, e Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas, desta comarca de Teresina, Capital do Estado do Piauí, por nomeação legal

**REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS:** certifico que foi apresentado o Estatuto Social do **INSTITUTO MAIS ESPORTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA – IEC**, datado de 21 de dezembro de 2022, com 08 páginas, devidamente registrado, conforme a Lei Federal nº 6.015/73 e o Provimento Estadual da Corregedoria Geral da Justiça nº 017/2013, sob forma de arquivo eletrônico de imagens, número 11563 e protocolo nº 10043, datado de 16/03/2023, neste Cartório do 3º Ofício de Notas, Protesto, Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas. Certifico ainda, que o presente documento é parte integrante obrigatório do Registro 11563, produzindo os seus efeitos somente se apresentados em conjunto, e caso exibidas separadamente perdem seu efeito de documento original registrado. Rasas: R\$ 102,33 - FERMOJUPI: R\$ 18,95 - FMMP/PI: R\$ 7,58 Abertura de Protocolo: R\$ 11,38 - FERMOJUPI: R\$ 2,28 - FMMP/PI: R\$ 0,91 Registro de títulos, contratos ou documentos sem valor financeiro: R\$ 67,74 - FERMOJUPI: R\$ 13,55 - FMMP/PI: R\$ 5,42 - Selo: R\$ 0,26 Arquivamento de documentos: R\$ 11,38 - FERMOJUPI: R\$ 2,28 - FMMP/PI: R\$ 0,91 - Selo: R\$ 0,26 - TOTAL: R\$ 245,23 (PG: 2023.03.3329/1).

Teresina – PI, 16 de março de 2023.

  
Marcia Kamilla de Araujo Costa  
Escritorante Autorizada  
3º Ofício



CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS  
**CONSULTE O SELO  
DIGITAL**

RUA LIZANDRO NOGUEIRA, 1223 - CENTRO - TERESINA - PIAUÍ - CEP: 64000-200 • (86) 3221 6011  
CNS 07.966-5 • ATENDIMENTO@CARTORIOTSAMPAIO.COM.BR  
WWW.CARTORIOTSAMPAIO.COM.BR



**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO E APROVAÇÃO DO ESTATUTO, E DA ELEIÇÃO E POSSE, DA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO MAIS ESPORTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA - IEC.** Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, (21/12/2022), em conformidade com o Edital de Convocação de Assembleia Geral, publicado no Jornal "O DIA", página 5, na edição do 11 de dezembro do corrente ano, na sede provisória do INSTITUTO IEC, localizada na Rua Joaquim Dias de Santana, nº 3558, CEP: 64.016-590, Bairro: Três Andares, zona sul de Teresina-PI, às 18hs00min reuniram-se as pessoas interessadas conforme consta em relação de assinaturas contidas em documentos anexos, para criar e fundar, uma entidade civil, organizada de direitos privados, sem fins lucrativos e com o objetivo da constituição de um INSTITUTO, para Incentivar, elaborar, capacitar, promover, elaborar projetos, programas, atividades, estudos, publicações e ensaios, nas áreas do meio ambiente, saúde, educação, esporte, lazer e cultura para as camadas sociais envolvidas nos temas sociais foco das ações do Instituto. A reunião foi presidida pelo Sr. Francisco das Chagas Alves Medeiros, CPF: sob nº 349.787.043-91, após amplo debate entre os presentes com explanação sobre os objetivos da entidade foi aprovada a fundação do Instituto, que receberá a denominação de INSTITUTO MAIS ESPORTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA – com o nome fantasia INSTITUTO IEC, logo em seguida, foi lida a proposta de redação do estatuto, artigo por artigo que foi aprovado por unanimidade dos presentes. O estatuto possui 51 artigos, cujas as folhas numeradas de 01 a 08, passaram a fazer parte integrante desta ata. O Sr. Francisco Medeiros comunica aos presentes que está aberto o tempo para a inscrição de chapas para concorrerem ao processo de eleição da primeira Diretoria Executiva e Conselho Fiscal do Instituto IEC, havendo a inscrição somente de uma chapa, denominada "SEGUIR EM FRENTE", após o devido registro da chapa ocorreu a eleição, sendo aclamada por maioria dos presentes, após a eleição da primeira Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, foi realizado o ato de posse que como eleita a chapa "SEGUIR EM FRENTE", encabeçada pelo o Sr. Francisco Alves Barbosa Neto. O presidente que presidiu os trabalhos em ato solene, declarou eleita e empossada a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, em conformidade com o instituto aprovado. O pleito foi amplamente divulgado, a seguir o presidente declarou definitivamente constituída na forma da lei de nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, de acordo, **DIRETORIA EXECUTIVA:** Presidente: Francisco Alves Barbosa Neto, brasileiro, solteiro, motorista, RG nº 3.926.359, SSP/PI e CPF nº 051.482.343-77, residente e domiciliada na Rua Joaquim Dias de Santana, nº 3558B, CEP: 64016-590, Bairro: Três Andares em Teresina-PI, **Vice Presidente:** Francisco das Chagas Lira Moraes, brasileiro, em união estável, Vigilante, RG nº 1.265.005 SSP/PI, e CPF: nº 753.210.923-20, residente e domiciliado na Rua Joaquim Dias de Santana, nº 3650, CEP: 64016-590, Bairro: Três Andares, em Teresina-PI, **Secretaria:** Maria de Nazaré Macedo Barbosa Filha, brasileira, divorciada, advogada, RG nº 1.528.840- SSP/PI, e CPF – 823.318.203-68, residente e domiciliada na Rua Joaquim Dias de Santana, 3558-A, CEP: 64016-590, Bairro: Três Andares em Teresina-PI, **Tesoureiro:** Celso Henrique Barbosa Lima Filho, brasileiro, solteiro, auxiliar administrativo, RG: nº 3.407.592 SSP/PI e CPF - 056.794.933-81, residente e domiciliado na Rua Miosótis nº 1091,1091, Apto. 101, Cep: 64048-906, Bairro Jóquei Clube, em Teresina-PI, **Vogal:** Klebert Luciano Matos e Silva, brasileiro, solteiro, Técnico em contabilidade, RG nº 1.944.627 SSP/PI, e CPF: nº 946.519.573-15, residente e domiciliado na Rua São Martins, nº 6662, CEP: 64091-255, Bairro Alto da Ressurreição, em Teresina-PI, **CONSELHO FISCAL:** 1º Titular: Maria Francisca de Moraes Silva, brasileira, solteira, costureira, RG: nº 1.005.518 - SSP/PI e CPF: nº 003.271.443-27, Residente e domiciliada na Rua Panamá nº 965, Cep: 64016-640, bairro Cidade Nova, em Teresina-PI, 2º Titular: Edmo Graciano de Almeida, brasileiro, casado, autônomo, RG: nº 512.185 SSP/PI e CPF: nº 240.439.153-49, residente e domiciliada na Rua Bolívia nº 1761, Bairro: Cristo Rei, CEP: 64014-410, em Teresina-PI, 3º Titular: Thais Rodrigues da Cruz, brasileira, solteira, autônoma, RG nº 4.222.847 SSP/PI, CPF: nº 080.390.443-67, residente e domiciliada na Rua Piracema, nº 4330, Parque Rodoviário, CEP: 64023-720, Bairro: Catarina em Teresina-PI, 1º Suplente: Claudene Barbosa de Souza, brasileira, divorciada, autônoma, RG: nº 1.421.204 SSP/PI e CPF: nº 825.711.633-53, Residente e domiciliada na Rua Isaac Irineu, nº 3301, Cep: 64009-180, Bairro Buenos Aires, em Teresina-PI, 2º Suplente: Rômulo Alexandre Costa Fernandes, brasileiro, solteiro, autônomo, RG nº 1.190.846 SSP/PI, e CPF: nº 453.665.943-91, residente na Rua Venezuela, nº 1840, CEP: 64017-560, Bairro Cidade Nova, em Teresina-PI. A seguir o presidente da mesa o Sr. Francisco das Chagas Alves



Medeiros, agradeceu pela colaboração de todos os presentes e desejou à diretoria eleita, êxito e sucesso. Em seguida, foi empossada a primeira Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal do Instituto IEC, para o quadriênio, 21 de dezembro de 2022 à 21 de dezembro de 2026, sendo permitidas as reeleições, então não havendo mas a tratar foi suspenso os trabalhos por (15) quinze minutos, afim de que fosse redigido a presente Ata, o encerramento dos trabalhos se deu às 20hs00min, após os quais foi a mesma lida e será assinada por mim que presidi e secretarei os trabalhos e depois de aprovada será assinada pelos membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, como boa fé e verdadeira razão pela qual seguem as assinaturas:

**DIRETORIA EXECUTIVA:**

Presidente: Francisco Alves Barbosa Neto 051.482.343-77  
Vice-Presidente: Francisco das Chagas Lima 953.210.925-20  
Secretário: Maria de Nazare Macedo Barbosa-Filha 823.318.203-68.  
Tesoureiro: Walter Henrique Barbosa Lima 056.794.935-81  
Vogal: Roberta Luciana dos Santos Silva - 946.519.573-15

**CONSELHO FISCAL**

1º Titular: Maria Laurestea dos Moraes Silva 003.771.443-27  
2º Titular: Edna Gracilda de Almeida - 240.424.253-49  
3º Titular: Thair Rodrigues da Cruz 050-390-443-67  
1º Suplente: Fláudio Barbosa da Souza 825.711.633-53  
2º Suplente: Luís Alberto dos Santos PPF-753.665.543-91

Teresina (PI), 21 de dezembro de 2022.

**VISTO:**

Francisco das Chagas Alves Medeiros  
Presidente da Assembleia Geral

Maria de Nazare Macedo Barbosa-Filha  
Advogada  
OAB/PI. nº 21.815.

Maria de Nazare M. B. Filha  
Advogada  
OAB/PI 21.815

**CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS  
CONSULTE O SELO  
DIGITAL**

**TERESINA CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS**  
Rua Lázaro Nogueira 1221 - Centro - CEP: 64000-200 - Teresina-PI - Fone: (08) 3221-4211 - E-mail: atendimento@cartoriosampao.com.br  
Titular: Anália Gonçalves de Sampaio Pereira

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A FIRMA DE FRANCISCO DAS CHAGAS ALVES MEDEIROS. DOU FE. EM TEST. DA VERDADE.  
Teresina-PI, 13/03/2023. Selo: AEM28545-XVX4  
www.tjpi.jus.br/portalextra.

Vicente Vieira Lima-Escravante Autorizado  
Emol: 4,70 TJ: 0,94 FPM/PI: 0,38 Selo: 0,26 Total: 6,28 - OP: 227  
ATA DE ASSEMBLEIA

**TERESINA CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS**  
Rua Lázaro Nogueira 1221 - Centro - CEP: 64000-200 - Teresina-PI - Fone: (08) 3221-4211 - E-mail: atendimento@cartoriosampao.com.br  
Titular: Anália Gonçalves de Sampaio Pereira

RECONHEÇO POR AUTENTICIDADE A FIRMA DE MARIA DE NAZARE MACEDO BARBOSA FILHA. DOU FE. EM TEST. DA VERDADE.  
Teresina-PI, 13/03/2023. Selo: AEM28546-PSY4  
www.tjpi.jus.br/portalextra.

Vicente Vieira Lima-Escravante Autorizado  
Emol: 4,70 TJ: 0,94 FPM/PI: 0,38 Selo: 0,26 Total: 6,28 - OP: 227  
ATA DE ASSEMBLEIA

**TERESINA CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS**  
Rua Lázaro Nogueira 1221 - Centro - CEP: 64000-200 - Teresina-PI - Fone: (08) 3221-4211 - E-mail: atendimento@cartoriosampao.com.br  
Titular: Anália Gonçalves de Sampaio Pereira

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA AS FIRMAS DE FRANCISCO ALVES BARBOSA NETO e FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA MORAIS. DOU FE. EM TEST. DA VERDADE. Teresina-PI, 13/03/2023.  
Selo: AEM28546-AFIR AEM28547-IP80  
www.tjpi.jus.br/portalextra.

Vicente Vieira Lima-Escravante Autorizado  
Emol: 9,40 TJ: 1,88 FPM/PI: 0,76 Selo: 0,52 Total: 12,56 - OP: 227  
ATA DE ASSEMBLEIA

**TERESINA CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS**  
Rua Lázaro Nogueira 1221 - Centro - CEP: 64000-200 - Teresina-PI - Fone: (08) 3221-4211 - E-mail: atendimento@cartoriosampao.com.br  
Titular: Anália Gonçalves de Sampaio Pereira

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A FIRMA DE CRISÓ HENRIQUE BARBOSA LIMA FILHO. DOU FE. EM TEST. DA VERDADE.  
Teresina-PI, 13/03/2023. Selo: AEM28549-AK8B  
www.tjpi.jus.br/portalextra.

Vicente Vieira Lima-Escravante Autorizado  
Emol: 4,70 TJ: 0,94 FPM/PI: 0,38 Selo: 0,26 Total: 6,28 - OP: 227  
ATA DE ASSEMBLEIA

**CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS  
CONSULTE O SELO  
DIGITAL**

**CARTÓRIO THEMISTOCLES SAMPAIO**  
3º Ofício de Notas  
Vicente Vieira Lima  
Escravante Autorizado  
Teresina - PI

**CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS  
CONSULTE O SELO  
DIGITAL**

**INSTITUTO MAIS ESPORTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA - IEC** - fundada em 21 de dezembro de 2023, localizada na Rua Joaquim Dias de Santana nº 3558, Cep: 64016-590, Bairro Três Andares zona sul da Cidade de Teresina Capital do estado do Piauí, contato Whatsapp: (35) 9 9932-1763 E-mail: [institutoiec@gmail.com](mailto:institutoiec@gmail.com)



## ESTATUTOS

### EXTRATO DO ESTATUTO DO INSTITUTO MAIS ESPORTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA.

Capítulo I- DENOMINAÇÃO, NATU- REZA, FINS, SEDE E FÓRO. Art. 1º - O INSTITUTO MAIS ESPOR- TE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA, neste Estatuto designado simplesmente, como "INSTITUTO IEC" inscrito no CNPJ 50,713.840/0001-70 com sede e foro na Rua Joaquim Dias de Santana, 3558, Bairro Três Andares - CEP 64016-590, na cidade de Teresina, no estado do Piauí. É uma associação de natureza social e filantrópica, sem finalidades lucrativas e vinculação política ou partidária, com finalidade de atuar na área da assistência social, visando o desenvolvimento da criança, adolescente, jovens e cidadãos, e das famílias carentes de recursos financeiros e cultura. Através de implementações de projetos, capacitações, cursos e ações voltadas, para defesa dos direitos humanos, constituída por tempo indeterminado, independente de classe social, nacionalidade, sexo raça, cor e crença religiosa. FRANCISCO ALVES BARBOSANETO, Presidente

(Transcrição da nota ESTATUTOS de Nº 32350, datada de 18 de novembro de 2024.)

## ADITIVOS

### SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL - SEDEC

#### EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 016/2024

PROCESSO SEI Nº: 00116.000638/2023-04

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL DO PIAUÍ - SEDEC

CNPJ DO CONTRATANTE: 08.789.777/0001-99

CONTRATADO: CONSTRUTORA CONSTRUBEM LTDA

CNPJ DO CONTRATADO: 26.733.336/0001-57

RESUMO DO OBJETO DO ADITIVO: O OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO É A ALTERAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 016/2024, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE PRAÇA ESPORTIVA NO MUNICÍPIO DE ALEGRETE DO PIAUÍ - PI; O PRAZO DE EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS DE QUE TRATA O CONTRATO EM EPÍGRAFE SERÁ AMPLIADO EM 60 (SESENTA) DIAS, FICANDO PRORROGADO ATÉ A DATA DE 09/01/2025; A VIGÊNCIA DO CONTRATO SERÁ MANTIDA.





br), Mural de Licitações. Teresina-PI, 26 de outubro de 2023. ANTÔNIO ANDRÉ ROSADO ROCHA, Coordenador de Compras Públicas/SEMA/PMT VISTO: Ronney Wellington Marques Lustosa Secretário Municipal de Administração SEMA/PMT.

## Diário Oficial da Câmara

ID: 010000362700592023

**REPUBBLICAÇÃO - DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.500/2023.** Dispõe sobre a concessão do TÍTULO HONORÍFICO DE CIDADANIA TERESINENSE ao Senhor LUIZ ALBERTO PONTES FALCÃO, na forma que especifica. O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA. Estado do Piauí. Faço saber que o Plenário da Câmara Municipal de Teresina aprovou e, eu, promulgo o seguinte Decreto Legislativo: Art. 1º Fica concedido o Título Honorífico de Cidadania Teresinense ao Senhor LUIZ ALBERTO PONTES FALCÃO, na forma disposta no art. 21, inciso XVIII, da Lei Orgânica do Município, pelos relevantes serviços prestados à cidade de Teresina. Parágrafo único. A honraria que trata o caput deste artigo é de autoria do vereador Enzo Samuel (PDT), tendo sido aprovada, por unanimidade, pelo Plenário da Câmara Municipal de Teresina. Art. 2º A Mesa Diretora fica autorizada a providenciar a entrega do Título Honorífico de Cidadania Teresinense de que trata este Decreto Legislativo, em Sessão Solene, previamente marcada e convocada para este fim. Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação. Câmara Municipal de Teresina (PI), 06 de setembro de 2023. Ver. ENZO SAMUEL ALENCAR SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Teresina.

ID: 010000362700602023

**PORTARIA Nº 1131/2023-GP/CMT.** O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA, ESTADO DO PIAUÍ, com base nas decisões da Mesa Diretora e do Plenário, fundamentando-se nas suas obrigações legais e regimentais, em especial as que são conferidas no art. 37, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, combinadas com os artigos 80, incisos I, e 81, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município de Teresina, e art. 20, inciso XXVI, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Teresina, e, ainda, o disposto na Resolução Normativa nº 115/2019, e no Edital 01/2020 do certame e suas alterações, CONSIDERANDO a homologação do concurso para provimento de cargos de Assistente Legislativo, Assessor Jurídico Legislativo, Analista de Informática e Procurador Legislativo, nos termos da Portaria nº 1395/2021, de 29/11/2021, disponibilizada no DOM-Teresina nº 3.160, de 01/12/2021, p.21; CONSIDERANDO a ordem de classificação dos candidatos, constante no Anexo II, no concurso público homologado pela Portaria nº 1395/2021, de 29/11/2021; CONSIDERANDO a exoneração de Thamiere Arrais Amorim, 1º (primeiro) classificado por posse em cargo inacumulável, a exoneração de Matheus Moreira da Silva, 2º (segundo) classificado por posse em cargo inacumulável e o pedido de desistência formulado pelo 3º (terceiro) classificado, João Victor Medeiros Costa, no cargo de Assessor Jurídico Legislativo; CONSIDERANDO a Tabela contida no subitem 2.1 do Edital nº 01/2020, que estabelece apenas 02 (duas) vagas para o cargo de Assessor Jurídico, o que inviabiliza a reserva de vagas para candidatos com deficiência, RESOLVE: Art. 1º Nomear para o cargo de Assessor Jurídico Legislativo, do quadro de pessoal efetivo da Câmara Municipal de Teresina, a candidata JANAÍNA SILVA SOUSA. Art. 2º A Diretoria de Recursos Humanos - DRH da CMT/PI deve enviar aos nomeados, através do e-mail e/ou telefone informados ao INSTITUTO AOCP, na forma do item 18 do Edital nº 01/2020, cópia desta Portaria. Ainda assim, a nomeação para posse será publicada no Diário Oficial do Município e no endereço eletrônico oficial da Câmara Municipal de Teresina, <https://www.teresina.pi.leg.br>. § 1º Os candidatos nomeados devem, no ato da posse: I - atender às determinações contidas na Resolução Normativa nº 115, de 12 de dezembro de 2019, disponibilizada no DOM nº 2.674, de 20/12/2019, p. 22; e II - apresentar os documentos e certidões previstos no item 3, e subitens 18.4 e 18.5 do Edital. § 2º Para dirimir eventuais

dúvidas sobre a documentação e exames necessários para a investidura no cargo, os nomeados devem entrar em contato com a DRH por meio dos telefones (86) 3222-2615 e 3222-4925 ou pelo seguinte e-mail: [dir.rh.cmt@gmail.com](mailto:dir.rh.cmt@gmail.com). Art. 3º Por força do que dispõe os subitens 19.9 e 19.9.1 do Edital nº 01/2020, após a homologação do concurso público, o candidato tem o dever de manter atualizado seu e-mail e telefone junto a CMT/PI, sendo de exclusiva responsabilidade do candidato nomeado os prejuízos advindos da não atualização de seu endereço eletrônico. Art. 4º Se a posse não ocorrer no prazo legal de 30 (trinta) dias, a nomeação será tomada sem efeito, por força do art. 20, § 1º, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Teresina (Lei Complementar nº 2.138/1992), sendo o candidato considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado, na forma do subitem 18.2 do Edital. Art. 5º O prazo de 30 (trinta) dias para a posse começa a correr em 27 de outubro de 2023. Art. 6º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Teresina, em 26 de outubro de 2023. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. ENZO SAMUEL ALENCAR SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Teresina.

## Ineditorial

ID: 000420362700612023

**EXTRATO DO ESTATUTO DO INSTITUTO MAIS ESPORTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA.** Capítulo I - DENOMINAÇÃO, NATUREZA, FINS, SEDE E FÓRO. Art. 1º - O INSTITUTO MAIS ESPORTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA, neste Estatuto designado simplesmente, como "INSTITUTO IEC" inscrito no CNPJ 30.713.840.0001-70 com sede é foro na Rua Joaquim Dias de Santana, 3558, Bairro Três Andares - CEP 64016-590, na cidade de Teresina, no estado do Piauí. É uma associação de natureza social e filantrópica, sem finalidades lucrativas e vinculação política ou partidária, com finalidade de atuar na área da assistência social, visando o desenvolvimento da criança, adolescente, jovens e cidadãos, e das famílias carentes de recursos financeiros; e cultura. Através de implementações de projetos, capacitações, cursos e ações voltadas, para defesa dos direitos humanos, constituída por tempo indeterminado, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor e crença religiosa. FRANCISCO ALVES BARBOSA NETO, Presidente.

ID: 000420362700622023

**COMUNICADO. CLINICA ODONTOLOGICA E FACIAL WATANABE LTDA,** inscrita sob o CNPJ nº 49.621.553/0001-50, torna público que requereu a Secretaria Municipal Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMAM, a Licença ambiental prévia para implantação de um empreendimento cuja atividade será atividades odontológicas, no imóvel localizado na Rua Desembargador Pires de Castro, 947 - Centro, CEP: 64.001-390, nesta cidade.

ID: 000420362700632023

**COMUNICADO. C P ENGENHARIA LTDA CNPJ Nº 34.966.820/0001-54,** localizada a Rua Alagoas, 1366, Aeroporto, Teresina Piauí, torna público que requereu junto a SEMAM - SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, em Teresina Piauí, a renovação da Licença Ambiental de Instalação para a Construção de um empreendimento residencial multifamiliar (Edifício San Ruan).

ID: 000420362700642023

**COMUNICADO. C P ENGENHARIA LTDA CNPJ Nº 34.966.820/0001-54,** localizada a Rua Alagoas, 1366, Aeroporto, Teresina Piauí, torna público que requereu junto a SEMAM - SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, em Teresina Piauí, a renovação da Licença Ambiental de Instalação para a Construção de um empreendimento residencial multifamiliar (Edifício Mirante do Horto).



Voltar

Imprimir

11/03/2025 14:15:50



### **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 50.713.840/0001-70  
**Razão Social:** INSTITUTO MAIS ESPORTE EDUCAÇÃO E CIDADANIA IEC  
**Endereço:** RUA JOAQUIM DIAS DE SANTANA 3558 / TRES ANDARES / TERESINA / PI / 64016-590

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 17/03/2025 a 15/04/2025

**Certificação Número:** 2025031710186155298690

Informação obtida em 27/03/2025 14:15:50

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: INSTITUTO MAIS ESPORTE, EDUCACAO E CIDADANIA -IEC**  
**CNPJ: 50.713.840/0001-70**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 13:22:10 do dia 28/11/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 27/05/2025.

Código de controle da certidão: 08B3.EE73.C0AA.9DFA

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





**ESTADO DO PIAUÍ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS**  
**Número: 2500001027619717**

**CPF/CNPJ: 50.713.840/0001-70**

**Nome/Razão Social: \*\*\*\*\***

Ressalvado o direito da Fazenda Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas ainda não registradas ou que venham a ser apuradas, conforme prerrogativa legal prevista no artigo 149 da Lei Federal nº 5.172/1966, certifica-se a **INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS** em nome do sujeito passivo acima identificado.

**EMITIDA VIA INTERNET EM 27/03/2025 14:11:10**  
**VÁLIDA ATÉ 26/05/2025**

Documento expedido gratuitamente.

Validade deste documento: 60 (sessenta) dias contados da data de sua emissão.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticação no site <https://siatweb.sefaz.pi.gov.br/portal-publico/>.

Código de Autenticação: 9F46235C-4C22-46C6-83DE-477682040047





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: INSTITUTO MAIS ESPORTE, EDUCACAO E CIDADANIA -IEC (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 50.713.840/0001-70  
Certidão nº: 17548191/2025  
Expedição: 27/03/2025, às 14:11:35  
Validade: 23/09/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **INSTITUTO MAIS ESPORTE, EDUCACAO E CIDADANIA -IEC (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **50.713.840/0001-70**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





**ESTADO DO PIAUÍ**  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Procuradoria Tributária

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA**  
**Número: 2500001037619870**

**CPF/CNPJ: 50.713.840/0001-70**

**Nome/Razão Social: \*\*\*\*\***

Ressalvados os direitos da Procuradoria Geral do Estado do Piauí de inscrever e cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, certifica-se que, após consulta nos sistemas e registros da Dívida Ativa do Estado, **NÃO CONSTAM** débitos inscritos em nome do sujeito passivo acima identificado.

**Procuradoria Geral do Estado**  
**Procuradoria Tributária**

**EMITIDA VIA INTERNET EM 27/03/2025 14:11:22**  
**VÁLIDA ATÉ 26/05/2025**

Documento expedido gratuitamente.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticação no site  
<https://siatweb.sefaz.pi.gov.br/portal-publico/>.

Código de Autenticação: C814B557-22BD-425E-8157-C1BE8E5DE3BB

Assinado digitalmente por SECRETARIA DA  
FAZENDA DO ESTADO DO PIAUÍ CNPJ:  
06.553.556/0001-91  
Data: 27/03/2025 14:11:30 -03:00





ESTADO DO PIAUÍ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SEMF  
COORDENAÇÃO ESPECIAL DA RECEITA DO MUNICÍPIO

Folha 1 / 1

**CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA E DA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO**  
**CÓDIGO DE CONTROLE: 0257435/25-70**

**CPF/CNPJ:** 50.713.840/0001-70

**Contribuinte:** INSTITUTO MAIS ESPORTE, EDUCACAO E CIDADANIA -IEC

Certificamos para os devidos fins de direito que, até a presente data, o contribuinte acima identificado está quite em relação a tributos e multas por descumprimento de obrigação estabelecida na legislação municipal, ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever em Dívida Ativa quaisquer débitos que venham a ser posteriormente apurados em seu nome, conforme estabelecem os arts. 456 e 457 da Lei Complementar nº 4.974, de 26 de dezembro de 2016 (Código Tributário do Município de Teresina).

Emissão: Teresina-PI, às 14:12:14 h, do dia 27/03/2025

Validade: 25/06/2025

Certidão sem validade para transferência de imóvel em cartório.

**Observações:**

- A aceitação desta declaração está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet, no endereço <http://www.teresina.pi.gov.br>
- Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
- Certidão emitida conforme modelo definido no anexo I, do Decreto nº 11333/2011.

Código autenticidade: 70DC593086EDC3B1

Nº Via: 1



**JUSTIFICATIVA PARA ENQUADRAMENTO DE ENTIDADE, COMO DE  
UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL**

INSTITUTO MAIS ESPORTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA - IEC, associação civil de direito privado, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº 50.713.840/0001-70, com sede e foro na cidade de Teresina, estado do Piauí, na Rua Joaquim Dias de Santana, nº 3558, bairro Três Andares, CEP: 64.016-590, neste ato representada pelo Sr. Francisco Alves Barbosa Neto, brasileiro, solteiro, motorista, portador do CPF nº 051.482.343-77, residente nesta capital Teresina, vem por instrumento e da melhor forma de direito, solicitar o enquadramento da entidade acima qualificada como de Utilidade Pública Estadual, conforme justificativa a seguir.

**DA JUSTIFICATIVA**

Por se tratar de uma entidade que foi constituída para realização de trabalhos voluntários no segmento social e promover a inclusão de cidadãos frente aos serviços públicos e ter como finalidade, a qualificação, educação e preparação esportiva de jovens adultos, quebrando barreiras nas diferenças sociais e criando ferramentas fundamentais para a construção de um país mais justo e sustentável, com desenvolvimento na qualidade de vida para todos, por meio de programas de cidadania e inclusão social, solicita a inclusão da referida entidade como sendo de utilidade pública, para possibilitar a ampliação dos trabalhos desenvolvidos, pelas subvenções e/ou convênios que venha firmar com o poder público.

**DOS PROJETOS, PROGRAMAS E TRABALHOS JÁ DESENVOLVIDOS NA ÁREA**

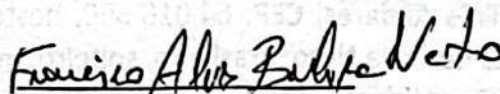
A entidade já desenvolveu projetos e trabalhos nos segmentos de sua área de atuação, sendo mais recente denominado "COMUNIDADE SUSTENTÁVEL", voltado a preservação do meio ambiente, realizados em duas etapas, a primeira de 12/2023 a 04/2024, e a segunda de 05/2024 a 08/2024, com recurso provenientes da SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH.





Pelo exposto, enviamos a presente justificativa, para apreciação dos membros do parlamento estadual, solicitando a aprovação e enquadramento da referida entidade, como de utilidade pública estadual.

Teresina -PI, 31 de março de 2025



INSTITUTO MAIS ESPORTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA - IEC

FRANCISCO ALVES BARBOSA NETO

PRESIDENTE

CPF: 051.482.343-77



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"

0836967

ASSINATURA DO TITULAR

Maria Francisca de Moraes Silva




CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.005.518 DATA DE EXPEDIÇÃO 17/03/16

NOME

MARIA FRANCISCA DE MORAES SILVA

FILIAÇÃO

MARIA RAIMUNDA DE MORAES SILVA

LUIS PEREIRA DA SILVA

NATURALIDADE DATA DE NASC.

CAXIAS-MA 17/09/196

DOC. ORIGEM

CERT. NASC. 9852 L. 64 F. 20

CPE EXP. UNIÃO-PI 24/08/15

TERESINA-PI 003.271.443-27 ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 - DECRETO Nº 89.250/83





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO  
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**

46602459/2025

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

**MARIA FRANCISCA DE MORAES SILVA**

**OU**

**CPF n. 003.271.443-27**

Certidão emitida em 27/03/2025, às 10:33:11 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Piauí.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):  
Seção Judiciária: Piauí (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 27/03/2025, às 08:08:08.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 46602459

Código de Validação: FCCC 112A 1EEF E9EF 8B5F CEAA CC3B 17EF

Data da Atualização: 27/03/2025, às 08:08:08



27/03/2025

- o II - quando nela constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação e não houver sentença condenatória transitada em julgado;
- o III - em caso de gozo do benefício de sursis (art. 163, § 2º. da Lei no. 7.210, de 1984) ou a pena já tiver sido extinta ou cumprida; e
- o IV - quando, estando suficientemente identificada a pessoa a respeito da qual se solicitou a certidão, houver registro de processo referente a homônimo e a individualização dos processos não puder ser feita por carência de dados do Poder Judiciário, caso em que deverá constar essa observação.

- Os dados necessários à emissão da certidão serão fornecidos pelo solicitante, sendo de exclusiva responsabilidade do destinatário ou interessado a sua conferência, inclusive quanto à autenticidade da própria certidão;

- Esta certidão não contempla os processos em tramitação no 2º Grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, que deverão ser objeto de certidão específica;

- Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ.

**Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias.**

Certidão emitida em 27 de Março de 2025 às 12 h 19 min

NOME: MARIA FRANCISCA DE MORAES SILVA  
 CPF: 000.000.000-00  
 RG: 100000000-0  
 ESTADO CIVIL: Solteira  
 PAULINA PEREIRA DA SILVA  
 MARIA RAIMUNDA DE MORAES SILVA  
 ENDEREÇO: RUA PANAMA, 888  
 BAIRRO: CIDADE NOVA, MUNICÍPIO: TERESINA - PI

OBSERVAÇÕES:

Esta certidão negativa foi emitida com base no Registro de Processos em Tramitação no 2º Grau de Jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, que deverão ser objeto de certidão específica. Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ.



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí ([www.tjpi.jus.br](http://www.tjpi.jus.br)), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 3789661. Código verificador: F01ED.E534C.766EF.70995

FOLHA 2 de 2





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA  
DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU  
CERTIDÃO ESTADUAL**

**CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL, EXECUÇÃO CÍVEL, CRIMINAL E AUDITORIA MILITAR**

**CERTIDÃO Nº 3789661**

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA QUE, revendo os registros de distribuição de feitos mantidos nos sistemas ThemisWeb, ThemisWeb Recursal, PROJUDI, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), ressalvadas as observações abaixo, NÃO CONSTA AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÕES CÍVEIS, CRIMINAIS E AUDITORIA MILITAR com condenação transitada em julgado ou EXECUÇÕES PENAS, inclusive nos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECC'S), em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Piauí em desfavor de:

**NOME: MARIA FRANCISCA DE MORAES SILVA**

**CPF: 00327144327**

**RG: 1005518 ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP**

**ESTADO CIVIL: Solteiro(a)**

**PAI: LUIS PEREIRA DA SILVA**

**MÃE: MARIA RAIMUNDA DE MORAES SILVA**

**ENDEREÇO: RUA PANAMA , 965**

**BAIRRO: CIDADE NOVA, MUNICÍPIO: TERESINA - PI**

**OBSERVAÇÕES:**

- Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 013/2017 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí;
- Esta certidão abrange as AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL E ESTADUAL, EXECUÇÃO PATRIMONIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, FALÊNCIA OU CONCORDATA, CRIMINAIS, AUDITORIA MILITAR e EXECUÇÕES PENAS;
- Nos termos da Resolução nº 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a certidão judicial criminal será negativa:
  - o I - quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual se certifica;



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí ([www.tjpi.jus.br](http://www.tjpi.jus.br)), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 3789661. Código verificador: F01ED.E534C.766EF.70995

- o II - quando nela constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação e não houver sentença condenatória transitada em julgado;
  - o III - em caso de gozo do benefício de sursis (art. 163, § 2º. da Lei no. 7.210, de 1984) ou a pena já tiver sido extinta ou cumprida; e
  - o IV - quando, estando suficientemente identificada a pessoa a respeito da qual se solicitou a certidão, houver registro de processo referente a homônimo e a individualização dos processos não puder ser feita por carência de dados do Poder Judiciário, caso em que deverá constar essa observação.
- Os dados necessários à emissão da certidão serão fornecidos pelo solicitante, sendo de exclusiva responsabilidade do destinatário ou interessado a sua conferência, inclusive quanto à autenticidade da própria certidão;
  - Esta certidão não contempla os processos em tramitação no 2º Grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, que deverão ser objeto de certidão específica;
  - Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ.

**Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias.**

**Certidão emitida em 27 de Março de 2025 às 12 h 19 min**

NOME: MARIA FRANCISCA DE MORAES SILVA  
 CPF: 000.000.000-00  
 RG: 000000000-00  
 ESTADO CIVIL: Solteira  
 PAI: LUIS PEREIRA DA SILVA  
 MÃE: MARIA RAIMUNDA DE MORAES SILVA  
 ENDEREÇO: RUA BARBOSA, 100  
 BAIRRO: CIDADE NOVA, MUNICÍPIO: TERESINA - PI

OBSERVAÇÕES:  
 Esta certidão foi emitida com base no resultado da consulta realizada no sistema de consulta de dados do Poder Judiciário do Estado do Piauí, e não representa uma declaração de veracidade ou uma garantia de que os dados apresentados são corretos ou completos. A responsabilidade pela veracidade dos dados é do solicitante.



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí ([www.tjpi.jus.br](http://www.tjpi.jus.br)), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 3789661. Código verificador: F01ED.E534C.766EF.70995



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"

**NOME**  
FRANCISCO DAS CHAGAS LIRA MORAIS

**FILIAÇÃO**  
JOSÉ RIBAMAR DE MORAES E MARGARIDA DA  
SILVA MORAES

**D. NASCIMENTO**  
20/04/1973  
**NATURALIDADE**  
TERESINA/PI

**O. EXPEDIDOR**  
SSP/PI

**FATOR RH**  
O+



*Francisco das Chagas Lira Moraes*

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

LEI Nº 7.116, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

**REGISTRO GERAL - CPF**  
753.210.923-20  
**REGISTRO CIVIL**  
CERT. NASCIMENTO 4135 L 57 F 258  
EXP. TERESINA - PI 14/12/2022

**DATA DE EXPEDIÇÃO**  
16/12/2022

**T. ELEITOR/ZONA/SEC**  
0201 6210 1538/002/0164  
**NIS/PIS/PASEP**  
126.32881.48-1  
**CERT. MILITAR**  
CTPS/SÉRIE/UF  
26.113.262078-0

**IDENT. PROFISSIONAL**

**CNH**  
03089398186 PI  
**CNS**  
706.0003.9393.8348



*Francisco das Chagas Lira Moraes*  
Francisco das Chagas Lira Moraes

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**

46602397/2025

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

**FRANCISCO DAS CHAGAS LIRA MORAIS**

**OU**

**CPF n. 753.210.923-20**

Certidão emitida em 27/03/2025, às 10:32:09 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Piauí.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):  
Seção Judiciária: Piauí (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 27/03/2025, às 08:08:08.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 46602397

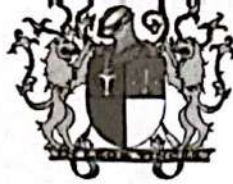
Código de Validação: E2CE 807C 3A0D F4B4 54F4 C79E AA37 A2F7

Data da Atualização: 27/03/2025, às 08:08:08



27/03/2025





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**DISTRIBUIÇÃO DE 2ª INSTÂNCIA**  
**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO NEGATIVA CÍVEL, CRIMINAL E MILITAR**

**Nº 482647 / ETJ**

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA, revendo os registros de distribuição cível, criminal e militar, que,

contra o NOME  
**FRANCISCO DAS CHAGAS LIRA MORAIS**

E

contra o CPF  
**75321092320**

NADA CONSTA na Justiça Estadual de 2ª instância do Estado do Piauí.

Dados adicionais do requerente:

**NACIONALIDADE: Brasil**  
**RG: 75.321.092.320 / SSP-PI**  
**ESTADO CIVIL: União Estável**  
**MÃE: MARGARIDA DA SILVA MORAES**  
**PAI: JOSE RIBAMAR DE MORAES**  
**ENDEREÇO: RUA JOAQUIM DIAS DE SANTANA, 3650**  
**BAIRRO: TRÊS ANDARES**  
**CEP: 64016590**  
**MUNICÍPIO: Teresina - PI**

**OBSERVAÇÕES:**

- a) Certidão expedida gratuitamente, por meio da Internet, com base no Provimento Nº 053/2015 da Presidência do Tribunal de Justiça;
- b) As informações acima são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) Este documento é válido por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição;
- d) Esta certidão equivale, para todos os efeitos legais, àquela expedida pelo Setor de Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, desde que seguidos os procedimentos de validação e autenticação;
- e) Abrange registros no âmbito da segunda instância de todas as comarcas do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, salvo aquelas que não possuem meios de envio eletrônico e dados ou as que utilizam sistema diverso do e-TJPI/PJe.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada unicamente pela página do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, através do endereço <http://www.tjpi.jus.br/e-tjpi/certidao/validar>, onde devem ser informados Número da Certidão e Código Verificador.

Emitida em: 27/03/2025 10:06:29

Código Verificador: F856C.83360.0CCC5.A692D



2241236737

O TERRITÓRIO NACIONAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
**MARIA DE MAFARE MACEDO BARBOSA FILHA**

DOC. IDENTIFIC. / DATA EMISSÃO  
**1328810 ESP PE**

CPF  
**823.318.203-68**

DATA NASCIMENTO  
**12/08/1976**

FUNÇÃO  
**FRANCISCO ALVES BARBOSA**

**MARIA DE MAFARE MACEDO BARBOSA**

PERMISSÃO ☒ ACC ☒ CATIMA ☒ B ☒

VALIDADE  
**31/03/2031**

P. EMISSÃO  
**28/09/2010**

IP REGISTRO  
**05042170338**

LOCAL  
**TERESINA, PE**

DATA DE EMISSÃO  
**08/06/2021**

ASSINATURA DO TITULAR  
*Maria de Mafare Macedo Barbosa*

72757031093  
72757031760

PIAUI

2241236737

PROTEÇÃO FISCAL





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO  
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**

46602976/2025

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

**MARIA DE NAZARE MACEDO BARBOSA FILHA**

**OU**

**CPF n. 823.318.203-68**

Certidão emitida em 27/03/2025, às 10:42:11 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Piauí.

Observações:

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):  
Seção Judiciária: Piauí (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 27/03/2025, às 08:08:08.
- Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 46602976

Código de Validação: 548F 4C98 F6B9 FA5A 8825 AC8C 2BE0 A447

Data da Atualização: 27/03/2025, às 08:08:08



27/03/2025



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**DISTRIBUIÇÃO DE 2ª INSTÂNCIA**  
**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO NEGATIVA CÍVEL, CRIMINAL E MILITAR**

**Nº 482653 / ETJ**

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA, revendo os registros de distribuição cível, criminal e militar, que,

contra o NOME

**MARIA DE NAZARÉ MACEDO BARBOSA FILHA**

E

contra o CPF

**82331820368**

NADA CONSTA na Justiça Estadual de 2ª instância do Estado do Piauí.

Dados adicionais do requerente:

**NACIONALIDADE: Brasil**

**RG: 1.528.840 / SSP-PI**

**ESTADO CIVIL: Divorciado(a)**

**MÃE: MARIA DE NAZARE MACEDO BARBOSA**

**PAI: FRANCISCO ALVES BARBOSA**

**ENDEREÇO: RUA JOAQUIM DIAS DE SANTANA, 3558-A**

**BAIRRO: TRÊS ANDARES**

**CEP: 64016590**

**MUNICÍPIO: Teresina - PI**

**OBSERVAÇÕES:**

- a) Certidão expedida gratuitamente, por meio da Internet, com base no Provimento Nº 053/2015 da Presidência do Tribunal de Justiça;
- b) As informações acima são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) Este documento é válido por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição;
- d) Esta certidão equivale, para todos os efeitos legais, àquela expedida pelo Setor de Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, desde que seguidos os procedimentos de validação e autenticação;
- e) Abrange registros no âmbito da segunda instância de todas as comarcas do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, salvo aquelas que não possuem meios de envio eletrônico e dados ou as que utilizam sistema diverso do e-TJPI/PJe.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada unicamente pela página do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, através do endereço <http://www.tjpi.jus.br/e-tjpi/certidao/validar>, onde devem ser informados Número da Certidão e Código Verificador.

Emitida em: 27/03/2025 10:12:33

Código Verificador: 56810.8E120.B4222.A6914









**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO  
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**

46602354/2025

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

**CELSO HENRIQUE BARBOSA LIMA FILHO**

**OU**

**CPF n. 056.794.933-81**

Certidão emitida em 27/03/2025, às 10:31:22 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Piauí.

**Observações:**

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):  
Seção Judiciária: Piauí (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 27/03/2025, às 08:08:08.
- Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 46602354

Código de Validação: 4393 2B2C 18F6 1C73 37BF 2DB0 13C4 5A55

Data da Atualização: 27/03/2025, às 08:08:08



27/03/2025





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**DISTRIBUIÇÃO DE 2ª INSTÂNCIA**  
**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO NEGATIVA CÍVEL, CRIMINAL E MILITAR**

**Nº 482644 / ETJ**

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA, revendo os registros de distribuição cível, criminal e militar, que,

contra o NOME  
**CELSO HENRIQUE BARBOSA LIMA FILHO**

E

contra o CPF  
**05679493381**

NADA CONSTA na Justiça Estadual de 2ª instância do Estado do Piauí.

Dados adicionais do requerente:

**NACIONALIDADE:** Brasil  
**RG:** 3.407.592 / SSP-PI  
**ESTADO CIVIL:** Solteiro(a)  
**MÃE:** ILDENEI MENDES DE CARVALHO LIMA  
**PAI:** CELSO HENRIQUE BARBOSA LIMA  
**ENDEREÇO:** RUA MIOSOTIS, 1091  
**BAIRRO:** JOQUEI  
**CEP:** 64048130  
**MUNICÍPIO:** Teresina - PI

**OBSERVAÇÕES:**

- a) Certidão expedida gratuitamente, por meio da Internet, com base no Provimento Nº 053/2015 da Presidência do Tribunal de Justiça;
- b) As informações acima são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) Este documento é válido por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição;
- d) Esta certidão equivale, para todos os efeitos legais, àquela expedida pelo Setor de Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, desde que seguidos os procedimentos de validação e autenticação;
- e) Abrange registros no âmbito da segunda instância de todas as comarcas do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, salvo aquelas que não possuem meios de envio eletrônico e dados ou as que utilizam sistema diverso do e-TJPI/PJe.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada unicamente pela página do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, através do endereço <http://www.tjpi.jus.br/e-tjpi/certidao/validar>, onde devem ser informados Número da Certidão e Código Verificador.

Emitida em: 27/03/2025 10:01:18

Código Verificador: 92550.851F5.54779.8EB33





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO - SENATRAN

gov.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
2241238735

PIAUÍ

NOME  
KLEBERT LUCIANO MATOS E SILVA

DOC. IDENTIDADE/ÓRG. EMISSOR/UF  
1944627 PI PI

CPF  
946.519.573-15

DATA NASCIMENTO  
21/04/1981

RELACÃO  
SEBASTIAO EUTALIO DA SILVA  
MARIA DE FATIMA MATOS DA SI  
LVA

PERMISSÃO  
ACE  
CAT. HAB.  
1B

Nº REGISTRO  
05170266610

VALIDADE  
03/06/2021

1ª HABILITAÇÃO  
29/03/2011

OBSERVAÇÕES  
A

ASSINATURA DO PORTADOR  
*Klebert Luciano Matos e Silva*

LOCAL  
TERESINA, PI

DATA EMISSÃO  
08/06/2021

ASSINADO DIGITALMENTE  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

01672090010  
PI321095280

PIAUÍ

DENATRAN CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:  
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO/SENATRAN





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO  
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**

46602931/2025

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

**KLEBERT LUCIANO MATOS E SILVA**

**OU**

**CPF n. 946.519.573-15**

Certidão emitida em 27/03/2025, às 10:41:26 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Piauí.

Observações:

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):  
Seção Judiciária: Piauí (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 27/03/2025, às 08:08:08.
- Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 46602931

Código de Validação: 2B75 7627 FF74 1E0D 3945 68B0 1293 8836

Data da Atualização: 27/03/2025, às 08:08:08



27/03/2025



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**DISTRIBUIÇÃO DE 2ª INSTÂNCIA**  
**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO NEGATIVA CÍVEL, CRIMINAL E MILITAR**

**Nº 482656 / ETJ**

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA, revendo os registros de distribuição cível, criminal e militar, que,

contra o NOME

**KLEBERT LUCIANO MATOS E SILVA**

E

contra o CPF

**94651957315**

NADA CONSTA na Justiça Estadual de 2ª instância do Estado do Piauí.

Dados adicionais do requerente:

**NACIONALIDADE: Brasil**

**RG: 1.944.627 / SSP-PI**

**ESTADO CIVIL: Solteiro(a)**

**MÃE: MARIA DE FATIMA MATOS DA SILVA**

**PAI: SEBASTIAO EUTALIO DA SILVA**

**ENDEREÇO: RUA SÃO MARTINS, Nº 6662**

**BAIRRO: ALTO DA RESSURREIÇÃO**

**CEP: 64091255**

**MUNICÍPIO: Teresina - PI**

OBSERVAÇÕES:

- a) Certidão expedida gratuitamente, por meio da Internet, com base no Provimento Nº 053/2015 da Presidência do Tribunal de Justiça;
- b) As informações acima são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) Este documento é válido por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição;
- d) Esta certidão equivale, para todos os efeitos legais, àquela expedida pelo Setor de Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, desde que seguidos os procedimentos de validação e autenticação;
- e) Abrange registros no âmbito da segunda instância de todas as comarcas do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, salvo aquelas que não possuem meios de envio eletrônico e dados ou as que utilizam sistema diverso do e-TJPI/PJe.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada unicamente pela página do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, através do endereço <http://www.tjpi.jus.br/e-tjpi/certidao/validar>, onde devem ser informados Número da Certidão e Código Verificador.

Emitida em: 27/03/2025 10:15:45

Código Verificador: 945E2.B1755.501E3.6D598







VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL		
REGISTRO GERAL	4.222.847	DATA DE EXPEDIÇÃO 19/05/15
NOME THAIS RODRIGUES DA CRUZ		
FILIAÇÃO RAIMUNDA NONATA RODRIGUES DE SOUSA TONY GUIMARÃES CRUZ		
NATURALIDADE TERESINA-PI		DATA DE NASCIMENTO 25/02/2000
DIOC. ORDEM CERT.NASC. 2598 L 3 F 198		
EXP. TERESINA-PI 19/05/2015		
CPF 0802390.443-67		
ASSINATURA DO DIRETOR		
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 - DECRETO Nº 89.250/83		



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**

46603021/2025

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

**THAIS RODRIGUES DA CRUZ**

**OU**

**CPF n. 080.390.443-67**

Certidão emitida em 27/03/2025, às 10:42:56 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Piauí.

Observações:

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):  
Seção Judiciária: Piauí (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 27/03/2025, às 08:08:08.
- Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 46603021

Código de Validação: BFDB 5FFF C34D 5121 E472 7F6C C7AA CAFD

Data da Atualização: 27/03/2025, às 08:08:08



27/03/2025





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**DISTRIBUIÇÃO DE 2ª INSTÂNCIA**  
**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO NEGATIVA CÍVEL, CRIMINAL E MILITAR**

**Nº 482669 / ETJ**

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA, revendo os registros de distribuição cível, criminal e militar, que,

contra o NOME  
**THAIS RODRIGUES DA CRUZ**

E

contra o CPF  
**08039044367**

NADA CONSTA na Justiça Estadual de 2ª instância do Estado do Piauí.

Dados adicionais do requerente:

**NACIONALIDADE: Brasil**  
**RG: 4.222.847 / SSP-PI**  
**ESTADO CIVIL: Solteiro(a)**  
**MÃE: RAIMUNDA NONATA RODRIGUES DE SOUSA**  
**PAI: TONY GUIMARAES CRUZ**  
**ENDEREÇO: RUA PIRACEMA, 4330**  
**BAIRRO: CATARINA**  
**CEP: 64023720**  
**MUNICÍPIO: Teresina - PI**

**OBSERVAÇÕES:**

- a) Certidão expedida gratuitamente, por meio da Internet, com base no Provimento Nº 053/2015 da Presidência do Tribunal de Justiça;
- b) As informações acima são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) Este documento é válido por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição;
- d) Esta certidão equivale, para todos os efeitos legais, àquela expedida pelo Setor de Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, desde que seguidos os procedimentos de validação e autenticação;
- e) Abrange registros no âmbito da segunda instância de todas as comarcas do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, salvo aquelas que não possuem meios de envio eletrônico e dados ou as que utilizam sistema diverso do e-TJPI/PJe.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada unicamente pela página do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, através do endereço <http://www.tjpi.jus.br/e-tjpi/certidao/validar>, onde devem ser informados Número da Certidão e Código Verificador.

Emitida em: 27/03/2025 10:28:49

Código Verificador: B82EA.FE6E1.8B52A.2D718



1

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "JOÃO DE DEUS MARTINS"



*Romulo Alexandre Costa Fernandes*

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL	1190846	DATA DE EXPEDIÇÃO	18/02/2020
NOME	ROMULO ALEXANDRE COSTA FERNANDES		
FILIAÇÃO	WILMA DE JESUS COSTA FERNANDES		
NATURALIDADE	TERESINA - PI	DATA DE NASCIMENTO	18/09/1972
DOC. ORIGEM	CERT. NASCIMENTO 4524 L 5		
EXP. VITÓRIA DO MEARIM - MA	30/01/2017		
CPF	453.665.943-91	ASSINATURA DO	Perito Criminal

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83 - DECRETO Nº 89.250/83





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**

**CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**

46603083/2025

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

**ROMULO ALEXANDRE COSTA FERNANDES**

**OU**

**CPF n. 453.665.943-91**

Certidão emitida em 27/03/2025, às 10:44:16 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Piauí.

**Observações:**

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):  
Seção Judiciária: Piauí (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 27/03/2025, às 08:08:08.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

**Certidão:** 46603083

**Código de Validação:** OCC4 B115 BFD8 2A27 BC64 30A9 3F29 4A88

**Data da Atualização:** 27/03/2025, às 08:08:08



27/03/2025



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**DISTRIBUIÇÃO DE 2ª INSTÂNCIA**  
**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO NEGATIVA CÍVEL, CRIMINAL E MILITAR**

**Nº 482666 / ETJ**

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA, revendo os registros de distribuição cível, criminal e militar, que,

contra o NOME

**RÓMULO ALEXANDRE COSTA FERNANDES**

E

contra o CPF

**45366594391**

NADA CONSTA na Justiça Estadual de 2ª instância do Estado do Piauí.

Dados adicionais do requerente:

**NACIONALIDADE: Brasil**

**RG: 1.190.846 / SSP-PI**

**ESTADO CIVIL: Solteiro(a)**

**MÃE: WILMA DE JESUS COSTA FERNANDES**

**PAI: NÃO CONSTA**

**ENDEREÇO: RUA VENEZUELA, Nº 1840**

**BAIRRO: CIDADE NOVA**

**CEP: 64017560**

**MUNICÍPIO: Teresina - PI**

OBSERVAÇÕES:

- a) Certidão expedida gratuitamente, por meio da Internet, com base no Provimento Nº 053/2015 da Presidência do Tribunal de Justiça;
- b) As informações acima são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) Este documento é válido por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição;
- d) Esta certidão equivale, para todos os efeitos legais, àquela expedida pelo Setor de Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, desde que seguidos os procedimentos de validação e autenticação;
- e) Abrange registros no âmbito da segunda instância de todas as comarcas do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, salvo aquelas que não possuem meios de envio eletrônico e dados ou as que utilizam sistema diverso do e-TJPI/PJe.

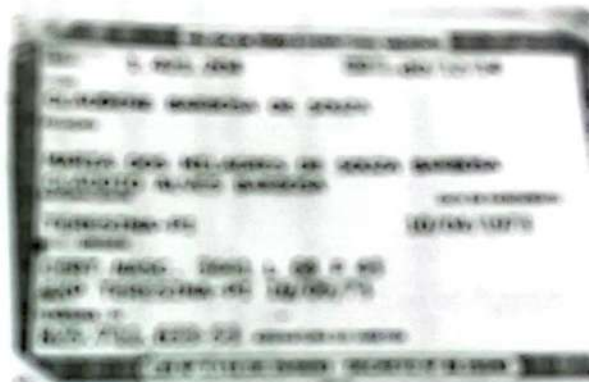
A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada unicamente pela página do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, através do endereço <http://www.tjpi.jus.br/e-tjpi/certidao/validar>, onde devem ser informados Número da Certidão e Código Verificador.

Emitida em: 27/03/2025 10:26:15

Código Verificador: 6EDD8.81B19.9D79D.1DEA5









**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**

46603048/2025

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

**CLAUDENE BARBOSA DE SOUZA**

**OU**

**CPF n. 825.711.633-53**

Certidão emitida em 27/03/2025, às 10:43:34 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Piauí.

Observações:

- A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):  
Seção Judiciária: Piauí (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 27/03/2025, às 08:08:08.
- Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 46603048

Código de Validação: 2097 2764 2D24 806C A74E FD0E BCD6 DB9C

Data da Atualização: 27/03/2025, às 08:08:08



27/03/2025





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**DISTRIBUIÇÃO DE 2ª INSTÂNCIA**  
**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO NEGATIVA CÍVEL, CRIMINAL E MILITAR**

**Nº 482664 / ETJ**

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA, revendo os registros de distribuição cível, criminal e militar, que,

contra o NOME

**CLAUDENE BARBOSA DE SOUZA**

E

contra o CPF

**82571163353**

NADA CONSTA na Justiça Estadual de 2ª instância do Estado do Piauí.

Dados adicionais do requerente:

**NACIONALIDADE: Brasil**

**RG: 1.421.204 / SSP-PI**

**ESTADO CIVIL: Divorciado(a)**

**MÃE: MARIA DOS MILAGRES DE SOUZA BARBOSA**

**PAI: CLAUDIO ALVES BARBOSA**

**ENDEREÇO: RUA ISAAC IRINEU, Nº 3301**

**BAIRRO: BUENOS AIRES**

**CEP: 64009180**

**MUNICÍPIO: Teresina - PI**

OBSERVAÇÕES:

- a) Certidão expedida gratuitamente, por meio da Internet, com base no Provimento Nº 053/2015 da Presidência do Tribunal de Justiça;
- b) As informações acima são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) Este documento é válido por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição;
- d) Esta certidão equivale, para todos os efeitos legais, àquela expedida pelo Setor de Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, desde que seguidos os procedimentos de validação e autenticação;
- e) Abrange registros no âmbito da segunda instância de todas as comarcas do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, salvo aquelas que não possuem meios de envio eletrônico e dados ou as que utilizam sistema diverso do e-TJPI/PJe.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada unicamente pela página do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, através do endereço <http://www.tjpi.jus.br/e-tjpi/certidao/validar>, onde devem ser informados Número da Certidão e Código Verificador.

Emitida em: 27/03/2025 10:23:53

Código Verificador: E24F9.848B5.DC4E7.F1D4D



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
GOVERNO FEDERAL

Estado do Piauí  
Secretaria de Segurança Pública



Nome / Name  
**EDMO GRACIANO DE ALMEIDA**

Nome Social / Social Name

Registro Geral - CPF / Personal Number

**240.439.153-49**

Data de Nascimento / Date of Birth

**30/09/1962**

Naturalidade / Place of Birth

**TERESINA/PI**

Sexo / Sex

**F**

Nacionalidade / Nationality

**BRA**

Validade / Expiry

**INDETERMINADA**

*Edmo Graciano de Almeida*

Assinatura do Titular / Cardholder's Signature



232

Filiação / Filiation  
**FRANCISCA DE JESUS ALMEIDA**

**MANOEL GRACIANO DE ALMEIDA**

Órgão Expedidor / Card Issuer  
**SSP/PI**

Local / Place of Issue  
**TERESINA**

Emissão / Issue  
**05/01/2024**

*Manoel dos Anjos Maranhão*

Assinatura do Expedidor / Card Issuer Signature  
Marcelo dos Anjos Maranhão  
Diretor Geral do Instituto de Ident. Digital "Pêlo Piauí"

CARTEIRA DE IDENTIDADE

LEI Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**DISTRIBUIÇÃO DE 2ª INSTÂNCIA**  
**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO NEGATIVA CÍVEL, CRIMINAL E MILITAR**

**Nº 483991 / ETJ**

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA, revendo os registros de distribuição cível, criminal e militar, que,

contra o NOME

**EDMO GRACIANO DE ALMEIDA**

E

contra o CPF

**24043915349**

**NADA CONSTA** na Justiça Estadual de 2ª instância do Estado do Piauí.

Dados adicionais do requerente:

**NACIONALIDADE: Brasil**

**RG: 512.185 / SSP-PI**

**ESTADO CIVIL: Casado(a)**

**MÃE: FRANCISCA DE JESUS ALMEIDA**

**PAI: MANOEL GRACIANO DE ALMEIDA**

**ENDEREÇO: RUA BOLÍVIA 1761**

**BAIRRO: CRISTO REI**

**CEP: 64014410**

**MUNICÍPIO: Teresina - PI**

**OBSERVAÇÕES:**

- Certidão expedida gratuitamente, por meio da Internet, com base no Provimento Nº 053/2015 da Presidência do Tribunal de Justiça;
- As informações acima são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- Este documento é válido por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição;
- Esta certidão equivale, para todos os efeitos legais, àquela expedida pelo Setor de Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, desde que seguidos os procedimentos de validação e autenticação;
- Abrange registros no âmbito da segunda instância de todas as comarcas do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, salvo aquelas que não possuem meios de envio eletrônico e dados ou as que utilizam sistema diverso do e-TJPI/PJe.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada unicamente pela página do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, através do endereço <http://www.tjpi.jus.br/e-tjpi/certidao/validar>, onde devem ser informados Número da Certidão e Código Verificador.

Emitida em: 01/04/2025 09:59:57

Código Verificador: 8DCE3.83575.86FD5.6A183





**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO  
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL**

46720900/2025

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes CÍVEIS em tramitação contra:

**EDMO GRACIANO DE ALMEIDA**

**OU**

**CPF n. 240.439.153-49**

Certidão emitida em 01/04/2025, às 09:56:24 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Piauí.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):  
Seção Judiciária: Piauí (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 01/04/2025, às 06:48:43.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 46720900


Código de Validação: 178D 0B74 5863 9D43 0E98 9D97 9B3B 67C4

Data da Atualização: 01/04/2025, às 06:48:43




01/04/2025






REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES  
SECRETARIA NACIONAL DE TRANSITO



## CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

**1º e 2º NOME E SOBRENOME**  
**FRANCISCO ALVES BARBOSA NETO**

**1ª HABILITAÇÃO**  
**29/01/2015**



*Francisco Alves Barbosa Neto*

7 ASSINATURA DO PORTADOR

**3 DATA, LOCAL, E LUGAR DE VINCULAMENTO**  
**23/01/1996, TERESINA, PI**

**NA DATA EMISSÃO**  
**15/03/2024**

**09 VALIDADE**  
**09/01/2034**

**000**  
**ACC**

**04 END. RESIDENCIAL / END. PARTICIPAR / UF**  
**3926359 SSP PI**

**05 CPF**  
**051.482.343-77**

**06 Nº REGISTRO**  
**04290893279**






**07 CPF MAE**  
**AD**

**08 NACIONALIDADE**  
**BRASILEIRO**






FOTO/LOGO

MÁRIA DE NAZARE MACEDO BARBOSA FILHA

**9**

ACC	10	11	12
A 		09/01/2014	
AB 		09/01/2014	
B 		09/01/2014	
BB 		09/01/2014	
C 		09/01/2014	

**9**

B	10	11	12
B1 		09/01/2014	
B6 			
C2 			
C7E 			
D2 			

**12 OBSERVAÇÕES**  
**EAR**

**LOCAL**  
**TERESINA, PI**

AUTORIZADO QUALITATIVAMENTE  
DESEMPENHAMENTO ESPECIAL DE TRANSITO

**04/27/2018**  
**PL32120343**

PIAUÍ

**QR-CODE**



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: <https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

**SERPRO/SENATRAN**

[illegible]

I<BRA062908932<791<<<<<<<<<<<  
9601237M3401099BRA<<<<<<<<<<4  
FRANCISCO<<ALVES<BARBOSA<NETO<



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO  
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL**

46608290/2025

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes CÍVEIS em tramitação contra:

**FRANCISCO ALVES BARBOSA NETO**

OU

**CPF n. 051.482.343-77**

Certidão emitida em 27/03/2025, às 12:23:03 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins.

**Observações:**

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):  
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 27/03/2025, às 08:08:08.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

Certidão: 46608290

Código de Validação: 2714 A6A7 648C FC1D 3235 C3AB 9862 EA3A

Data da Atualização: 27/03/2025, às 08:08:08



27/03/2025





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA  
DISTRIBUIÇÃO DE 1º GRAU  
CERTIDÃO ESTADUAL**

**CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL, EXECUÇÃO CÍVEL, CRIMINAL E AUDITORIA MILITAR**

**CERTIDÃO Nº 3803499**

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA QUE, revendo os registros de distribuição de feitos mantidos nos sistemas ThemisWeb, ThemisWeb Recursal, PROJUDI, Processo Judicial Eletrônico (PJe) e Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), ressalvadas as observações abaixo, NÃO CONSTA AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÕES CÍVEIS, CRIMINAIS E AUDITORIA MILITAR com condenação transitada em julgado ou EXECUÇÕES PENAIAS, inclusive nos JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS (JECC'S), em andamento nas unidades judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Piauí em desfavor de:

**NOME: FRANCISCO ALVES BARBOSA NETO**

**CPF: 05148234377**

**RG: 3926359 ÓRGÃO EXPEDIDOR: ssppi**

**ESTADO CIVIL: Solteiro(a)**

**PAI: DESCONHECIDO**

**MÃE: MARIA DE NAZARE MACEDO BARBOSA FILHA**

**ENDEREÇO: Rua Joaquim Dias de Santana, 3558**

**BAIRRO: tres andares, MUNICÍPIO: TERESINA - PI**

**OBSERVAÇÕES:**

- Certidão expedida gratuitamente com base no Provimento nº 013/2017 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí;
- Esta certidão abrange as AÇÕES CÍVEIS, EXECUÇÃO FISCAL MUNICIPAL E ESTADUAL, EXECUÇÃO PATRIMONIAL, INSOLVÊNCIA CIVIL, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, FALÊNCIA OU CONCORDATA, CRIMINAIS, AUDITORIA MILITAR e EXECUÇÕES PENAIAS;
- Nos termos da Resolução nº 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a certidão judicial criminal será negativa:
  - o I - quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual se certifica;



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí ([www.tjpi.jus.br](http://www.tjpi.jus.br)), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 3803499. Código verificador: 29069.C6EF2.C077D.665C1

- o II - quando nela constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação e não houver sentença condenatória transitada em julgado;
  - o III - em caso de gozo do benefício de sursis (art. 163, § 2º. da Lei no. 7.210, de 1984) ou a pena já tiver sido extinta ou cumprida; e
  - o IV - quando, estando suficientemente identificada a pessoa a respeito da qual se solicitou a certidão, houver registro de processo referente a homônimo e a individualização dos processos não puder ser feita por carência de dados do Poder Judiciário, caso em que deverá constar essa observação.
- Os dados necessários à emissão da certidão serão fornecidos pelo solicitante, sendo de exclusiva responsabilidade do destinatário ou interessado a sua conferência, inclusive quanto à autenticidade da própria certidão;
  - Esta certidão não contempla os processos em tramitação no 2º Grau de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, que deverão ser objeto de certidão específica;
  - Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ.

**Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias.**

Certidão emitida em 07 de Abril de 2025 às 18 h 02 min

ALMO, FRANCISCO ALVES DA SILVA

CPF: 014574917

Nº 3803499 - CERTIDÃO Nº 3803499

CERTIDÃO Nº 3803499

PA: 000000000

MAR. MARIA DE NAZARE MACIEL, JANEIRO, 01, 1984

CPF: 014574917

PA: 000000000

#### OBSERVAÇÕES:

Certidão emitida em 07 de Abril de 2025 às 18 h 02 min

Certidão emitida em 07 de Abril de 2025 às 18 h 02 min

Certidão emitida em 07 de Abril de 2025 às 18 h 02 min

Certidão emitida em 07 de Abril de 2025 às 18 h 02 min

Certidão emitida em 07 de Abril de 2025 às 18 h 02 min

Certidão emitida em 07 de Abril de 2025 às 18 h 02 min

Nos termos do Poder Judiciário do Estado do Piauí, certifica-se que:

judicial certidão para registro

o II - quando nela constar a distribuição de termo circunstanciado, inquérito ou processo em tramitação e não houver sentença condenatória transitada em julgado;



A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí ([www.tjpi.jus.br](http://www.tjpi.jus.br)), link "Certidão Negativa de 1ª Instância". Certidão Nº 3803499. Código verificador: 29069.C6EF2.C077D.665C1